

## Da ordem presente à razão futura: alguns pontos da vista sobre o tema Ética na produção científica do IBICT (1972-1996)

Geraldo Moreira Prado

### Resumo

Ensaio apresentando alguns pontos de vista sobre a problemática teórica e as representações da Ética e da ciência informação no contexto cultural da produção do conhecimento. Indaga ainda sobre o porquê da ausência, entre 1972-1996, do tema Ética na produção científica do IBICT.

### Palavras-chave

Ética; Informação; Ciência; Ciência da Informação; Moral; Justiça; Direito; Leis.

Por fazer parte do agir ético, registro aqui as minhas gratidões aos seguintes colegas: Selma de Fátima Santiago Moraes, do DE/IBICT, pela nossa longa e profunda amizade e pelos seus esforços, competência, seriedade e comportamento ético na administração do patrimônio público brasileiro. À Marina Lamette Moreira, pelo estímulo que me deu para começar a refletir sobre o tema. Além disso, pelo empréstimo do texto de sua autoria sobre a "Ética no ensino e na vida prática", cuja leitura alertou-me sobre a problemática da ética no âmbito da ciência da informação. Se não fosse este estímulo e esta colaboração, o presente ensaio não teria sido concluído, ou então os meus pontos de vista sobre o mesmo seriam totalmente diferentes. Inclusive, este artigo, era para ter sido escrito em parceria com ela, mas, por motivo da sua viagem de trabalho ao exterior (Portugal), não foi possível entregá-lo à comissão editorial da revista em tempo hábil. Ao João Luiz Pacheco, jornalista do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, pelos comentários e ajuda na revisão do texto.

### "O PRINCÍPIO, PORTANTO: TRANSPARÊNCIA"

*Ser ético significa manter do país e da sociedade uma visão positiva do que é e do que pode e deve ser. De novo, trata-se de uma leitura diferente daquilo a que estivemos ligados e do qual nos afastamos: o Brasil como país do futuro, quando se atualizariam finalmente nossos potenciais. Não se trata de uma partição entre o Brasil ruim de hoje e de possível Brasil bom no futuro. Esta foi a imagem que cultivamos e que, ao ser abandonada, ficamos unicamente com a imagem ruim de hoje. O que precisamos compreender é que o Brasil bom do futuro exige um Brasil bom de hoje.*

Luciano Zajdsznajder

(Ser ÉTICO, 1994).

O título deste item é o poema "Equação biquadrada", do poeta americano Robert Bringham. Ele e a epígrafe acima citada dão início a este ensaio que tem a feição, em seu significado semântico, de um tema exploratório<sup>1</sup> sobre, por exemplo, a faculdade cognitiva e/ou perceptiva<sup>2</sup> — tanto no campo da objetividade, como no da subjetividade<sup>3</sup> — de ser humano, no seu universo cotidiano, apreender se uma determinada coisa ou ação (convivência com o outro, costumes, leis, ciência, religião etc.) é falsa ou verdadeira. Merleau-Ponty, estudando esses fenômenos com base em prosa literária, faz a seguinte reflexão:

Por fazer parte do agir ético, registro aqui as minhas gratidões aos seguintes colegas: Selma de Fátima Santiago Moraes, do DE/IBICT, pela nossa longa e profunda amizade e pelos seus esforços, competência, seriedade e comportamento ético na administração do patrimônio público brasileiro. À Marina Lamette Moreira, pelo estímulo que me deu para começar a refletir sobre o tema. Além disso, pelo empréstimo do texto de sua autoria sobre a "Ética no ensino e na vida prática", cuja leitura alertou-me sobre a problemática da ética no âmbito da ciência da informação. Se não fosse este estímulo e esta colaboração, o presente ensaio não teria sido concluído, ou então os meus pontos de vista sobre o mesmo seriam totalmente diferentes. Inclusive, este artigo, era para ter sido escrito em parceria com ela, mas, por motivo da sua viagem de trabalho exterior (Portugal), não foi possível entregá-lo à comissão editorial da revista em tempo hábil. Ao João Luiz Pacheco, jornalista do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, pelos comentários e ajuda na revisão do texto.

Acreditamos encontrar na experiência do mundo percebido a relação de um novo tipo entre o espírito e a verdade. A evidência da coisa percebida tem em seu aspecto concreto a mesma textura das suas qualidades na equivalência e todos seus propósitos sensíveis e, como dizia Cézanne, se poderia pintar até os odores. É diante da nossa existência indizível que o mundo é verdadeiro ou existe; sua unidade, suas articulações, confundem-se e isto quer dizer que ter do mundo uma noção global cujo processo não está jamais acabado e que nos faz, dele mesmo, a experiência de uma verdade que transparece ou nos engloba as vezes que o nosso espírito não o de e não o circunscreve<sup>4</sup>.

Assim, procurarei olhar o tema deste ensaio segundo o é tratado pela literatura consultada. Em vista disto, não posso deixar de reconhecer que o despertar maior do meu interesse atual em aprofundar os conhecimentos sobre o mesmo deve-se à leitura inicial de um texto da colega de trabalho no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Marina Lamette Moreira “A Ética na Vida Acadêmica”, no qual se pode observar os níveis da contemplação, da ação ou até mesmo da capacidade transformadora e/ou criadora do ser humano em relação a si, a outro e ao próprio mundo que o cerca. Em síntese, diz a autora:

Podemos pensar que a ética implica a estruturação de toda uma filosofia de vida, sendo não apenas contemplativa, mas também calcada na ação (que se reconhece como comportamento), acabamos lançados pela experiência Ética na perspectiva da interação, isto é: ser com o outro. Este outro pode-se constelar na figura de um amigo, de um parente da família, de um amante, de um associado, de uma pessoa com quem trabalha, de uma pessoa com quem se aprende, de uma empresa, de uma informação, de uma experiência em qualquer campo do conhecimento, ou mesmo do planeta Terra, do cosmo, de Vênus<sup>5</sup>.

A partir desse texto, procurei aprofundar as leituras sobre questões teóricas da Ética cujo objetivo é apresentar algumas reflexões da sua relação com a ciência da informação produzida em um espaço-tempo exclusivo: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), 1972-1996, periodicidade limite deste ensaio. No entanto, não pretendo reproduzir aqui todos os conceitos teóricos de ambas as áreas produzidos nessa data-limite. Se assim o fizesse, estaria substituindo as características próprias de um ensaio pelas de um relatório ou tratado sobre o tema.

Quanto à ética, isto ficaria impraticável como também seria uma redundância reproduzi-los, *ipsis litteris*, em um texto desta natureza. Da mesma maneira, ocorre com a ciência da informação tanto no seu campo teórico, quanto no da sua origem e desenvolvimento no Brasil, visto que tais aspectos encontram-se bem elaborados em trabalhos desenvolvidos no âmbito do próprio IBICT<sup>6</sup>.

Deste modo, procurarei apresentar alguns pontos de vista sobre a problemática teórica e as representações da ética da ciência da informação no contexto cultural da produção do conhecimento humano. Da mesma forma, indagarei ainda o porquê da ausência, entre 1972-1996, do tema ética na produção científica do IBICT.

## **A MORAL HUMANA DESCONHECE FICÇÕES**

*Há histórias tão verdadeiras, que às vezes parece que são inventadas*  
Manuel de Barros  
(*Livro Sobre Nada*)

Orientando-me pelo significado do título deste item, começo fazendo algumas reflexões sobre o conceito hegemônico de ética ainda em vigência. Esses conceitos têm as suas raízes mais próximas consubstanciadas nos fundamentos teóricos do liberalismo político-econômico do século XIX, como representação da consciência possível do espírito revolucionário da então burguesia francesa<sup>7</sup>. Esta, ao derrubar o “Antigo Regime” consolidado na tríade: nobreza, clero, Estado e se constituir — tanto em nível ideológico, quanto no econômico — em uma classe em si e para si, instituiu normas jurídicas expressadas na ambigüidade do lema da igualdade, liberdade e fraternidade para todos os cidadãos:

Embora a proporção do desenvolvimento recente das forças produtivas<sup>8</sup> tenha provocado mudanças significativas em praticamente todos os níveis da infra-estrutura material e da supra-estrutura espiritual do processo civilizatório contemporâneo<sup>9</sup>, não conseguiram ainda, de forma substancial, alterar os fundamentos teóricos da ética e do próprio campo jurídico-normativo. Tais fundamentos são reflexos de um *modus vivendi* de um modelo ideal de Estado e/ou sociedade — capitalista ou socialista — configurado no ethos da racionalidade da ciência e da tecnologia, cujas

estruturas são assinaladas por permanentes crises paradigmáticas, agindo na qualidade de vetores de ruptura entre estágio presente e o do que poderá vir a ser (o devir).

Analisando o estudo de Arcângelo Buzzi escrito em 1970, considero que as suas reflexões filosóficas trazem ricas contribuições ao assunto tratado neste item. Desse modo, ao se referir sobre as crises estruturais da ciência da técnica, ressalta os fatores da ligação dessas com as do Estado moderno uma vez que este:

*... se posiciona como instância capaz de resolver todos os problemas da condição humana. Ele organiza a pesquisa, a ciência e seu ensino nas escolas e universidades. Organiza a vida econômica, política, familiar, recreativa, de saúde até religiosa. Por isso, o Estado é considerado, em relação aos outros, o corpo mais perfeito: autônomo e soberano*

No discurso de autonomia e soberania, embute-se também o conceito de ética ainda em vigência, que é, conforme definida no *Dicionário Aurélio*: “... o estudo dos juízos de apreciação referentes à conduta humana suscetível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente a determinada sociedade, seja de modo absoluto”. Neste sentido, é possível auferir que esses fundamentos bafejam uma espécie de magia, de algo que existe, é próprio e está oculto no próprio ser humano independentemente da insolência dos seus procedimentos perante o outro, nacionalidades, convicções políticas e ideológicas, credos religiosos, nível educacional, grau de conhecimento entre outros fatores dessa mesma natureza.

À proporção disso, a ética em sua essência é uma meta desejável da representação de valor, da moral, da honra, do direito à cidadania, da justiça, da cultura, da linguagem, do conhecimento, do estágio técnico-científico, do pensamento e de outros comportamentos e ações individuais e/ou coletivas, privadas e/ou institucionais. Desse modo, arvora-se o princípio de “*igualdade e de justiça como valores supremos*”<sup>12</sup> de todos os cidadãos sem deferência às suas práticas cotidianas. Analisando a relação desses conceitos teóricos com a ética prática, relata Singer:

*... o fato é que os seres humanos diferem entre si e que as diferenças remetem a tantas características, que a busca de uma base factual sobre a qual se pudesse erigir o princípio de igualdade parece inalcançável.*<sup>13</sup>

Em relação a estes aspectos poderia apresentar intermináveis exemplos, mas citarei apenas alguns em nível de ilustração. Ao se considerar, a diversidade natural da realidade cotidiana, pode-se observar uma infinidade de valores naturais, artificiais, animais e humanos que se manifestam, simultaneamente, de maneiras diferentes. Portanto, o que é real para um monge budista, que vê na sabedoria da cultura milenar do Oriente o centro de todas as realizações da vida, não é a mesma coisa para um monge beneditino, nem a de ambos para um pastor protestante, um babalorixá afro-brasileiro, um chefe de Estado, um psicopata, ou para o criador da Internet.

Ainda é possível observar que o conceito de vida ou de “real concreto” de um operário que trabalha oito horas por dia numa indústria gráfica — produzindo diferentes modalidades de impressos — não é o mesmo do “pensado concreto” ou do “real pensado” encontrados nos manuais de sociologia ou de economia política, formulados por teóricos que jamais puseram os pés em uma fábrica. Da mesma forma, um brinquedo sobre guerra nas estrelas não tem a mesma representação simbólica para uma criança de rua e, por exemplo, para um neto de alguns dos pais da bomba atômica.

Esses exemplos denotam a ambigüidade entre a vida real e a representação institucionalizada e hegemônica da lei e da justiça vigentes nas instâncias superiores do Poder Judiciário Internacional. É natural que, ao se questionar um determinado comportamento do ser humano, não importa qual seja a razão nem a forma da sua representação — se institucionalizada (Poder Executivo, Judiciário, Legislativo etc.) ou no âmbito das ações coletivas ou individuais praticadas por via pacífica ou por atitudes violentas — os juízes, na qualidade de cientistas que elaboram e executam a lei,<sup>14</sup> aplicam-na ocultando a ambigüidade da causa em julgamento e deixam transparecer que ela (ambigüidade) é um atributo da própria sociedade. Segundo o jurista Dalmo Dallari, isto é possível porque “*na formação jurídica sempre há possibilidade de várias verdades.*”<sup>15</sup>

Desta forma, denota-se mais uma contradição na formulação teórica da lei, visto que a sociedade é ao mesmo tempo formuladora, institucionalizadora e detentora da própria Justiça. Essa Justiça, na função de aparelho legitimador da sociedade, busca harmonizar a sua própria ambigüidade invocando os diferentes conceitos de valores e de verdades relativa ou absoluta.

Chaim Perelman (1996), em estudos realizados sobre ética e direito expõe alguns pontos de vista sobre o valor da Justiça e aponta ainda os seguintes fatores:

*Como todo valor é arbitrário, não existe justiça absoluta, inteiramente fundamentada na razão. Para ser mais preciso não existe justiça absoluta, exceto a respeito de seres idênticos que, seja qual for o critério escolhido, sempre farão parte da mesma categoria essencial. Assim que dois seres deixam de ser idênticos, assim que é preciso fazer a pergunta de saber se é preciso desprezar a diferença que os separa ou se, ao contrário, cumpre levá-la em conta, assim que é preciso distinguir as qualidades essenciais e secundárias para a aplicação da justiça, faz-se intervir considerações de valor, necessariamente arbitrárias.*<sup>16</sup>

Ainda em relação ao uso indiscriminado que se faz desse modelo oficial de Justiça, pode-se notar, mediante a ação dos inúmeros instrumentos de sociabilidade e/ou de comunicação institucionalizados, uma série de exemplos sobre conceitos supostamente científicos que se têm ou se apresentam em relação à concepção de verdade. Neste sentido divulgam-nos informações sobre posições e/ou opiniões, individuais e/ou coletivas, de variados segmentos sócio-cultu e/ou ideológicos em relação aos mais distintos aspectos da sociedade contemporânea. Exemplo disso é a palestra físico norte-americano Edward Teller na qual ele enfatiza a “necessidade de reativação do programa Guerra nas Estrelas pelos Estados Unidos para combater os outros países que produzem mísseis perigosos”.<sup>17</sup>

À proporção disso, observa-se também em recentes estudos e pesquisas no campo da inteligência artificial que idealizam a construção de uma sociedade virtual onde os DNAs<sup>18</sup> poderão ser substituídos por bits<sup>19</sup> e mais ainda um infinidade de outras simulações similares. Ainda de maneira análoga, esses mesmos instrumentos veiculam informações sobre manifestações de atores da mesma natureza que se colocam, radicalmente, contrários a tais conjecturas e trazem à tona a bandeira de luta em defesa de uma volta urgente à vida natural, uma vez que a energia humana está eternamente em sintonia com a energia cósmica. Simultaneamente disseminam trechos de resoluções ONU ou de qualquer outra entidade similar<sup>20</sup>, com ênfase na retórica da igualdade para todos, embora expressem, de forma simuladamente “crítica” ou de “piedade”, o grau de miséria, de violência, de fome ou de diferentes formas de guerras ainda existentes.

Com a mesma aparência, retoca-se o retrato do Brasil configurado na ambigüidade discursiva das suas instâncias superiores com destaque para a jurisdição do Poder Legislativo, cujos membros se consideram legítimos representantes do povo e defensores da igualdade dos direitos para todos perante a lei.<sup>21</sup> E para justificar tais argumentos, freqüentemente exibem a Constituição Federal, que é talvez, no Brasil, depois da Bíblia, o livro mais citado e menos lido. Ainda com entusiasmo maior, uma parcela desses representantes encara o seu mandato mais como um título individual de poder e de regalia. Tal comportamento é oposto ao que lhe é conferido pela própria Constituição Federal<sup>22</sup>, ou seja, o de legítimo servidor público cujo agir ético está na defesa do patrimônio nacional, dos interesses da sociedade e dos direitos de cada cidadão.

Certamente, embutido nesse discurso oculta-se o argumento da defesa dos valores éticos e seus resguardos pela Justiça. Esta, baseando-se nos fundamentos da sua teoria e nos procedimentos dos seus executores, salvaguarda sua neutralidade para não depreciar o seu conteúdo e, ao mesmo tempo, resguarda à autoridade judiciária a judiciedade, a sensatez, a prudência e a consciência da sua atuação como profissional isento de qualquer influência doutrinária. razão disso, evita-se ainda que essa autoridade quando do julgamento de uma determinada ação não seja influenciada por sentimentos de piedade, de ideologias, de fraqueza, ou pelas desigualdades reais do jurado.

Ao analisar a ambigüidade desses sistemas de valores, Chaim Perelman diz que essa autoridade deve ter um nível elevado de consciência e de racionalidade na aplicação da lei, uma vez que:

*O caráter emotivo dos valores que estão na base de todo sistema normativo é que faz que a aplicação da Justiça pareça ser uma operação da qual toda afetividade não está inteiramente excluída. Um sistema de Justiça pode, por inteiro, ressentir-se da coloração emotiva nele propagada pelo valor fundamental do qual ele constitui um desenvolvimento racional.*<sup>23</sup>

Ainda em relação à Justiça e ao discernimento da autoridade judiciária quando da aplicação da lei, Chaim Perelman faz as seguintes observações:

*Será justo que os seres ou seus atos sejam desiguais naturalmente? Será justo que um tenha nascido direito e outro perverso, um belo e outro diforme? A essa pergunta pode-se responder de dois modos diferentes. Pode-se dizer que desigualdade é um efeito das leis naturais, do destino, e que a Justiça é alheia a tudo quanto é*

*necessário. Em contrapartida, um crente responderá que tais desigualdades resultam da vontade divina, cujos decretos são impenetráveis. Mas cada uma das duas respostas terá como conseqüência temperar, de certo modo, a aplicação da Justiça. A primeira determinará a introdução da noção de irresponsabilidade, de sorte que só se punirão os atos que parecerem o efeito de uma vontade livre, portanto responsável. A segunda terá como conseqüência amenizar a aplicação da Justiça pela caridade, pois aqueles a quem Deus recusa suas benesses devem poder ao menos esperar certa compensação na misericórdia dos homens.<sup>24</sup>*

Ao que tudo indica, esse modelo de organização judiciária está passando por um processo de ruptura. À proporção que as forças produtivas se desenvolvem, as resistências às mudanças vão se fragilizando. Em conseqüência disso, mais cedo ou mais tarde aqueles que resistem e lutam pela permanência do conhecido com quem sempre conviveram tendem a ser vencidos por um novo que pode seduzir não apenas pela sua novidade, mas por se apresentar com uma máscara diferente do conhecido (do agora) e o diferente é, segundo Otávio Paz, “a *faca que divide o tempo em dois: antes e o agora.*”<sup>25</sup>

Ainda sobre a perspectiva de um novo olhar ou da necessidade de uma nova cultura ética resultante dos impactos causados pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia em todos os níveis de atuação e/ou sociabilidade do ser humano na sociedade contemporânea, Hanri Atlan (1994) apresenta as seguintes proposições:

*... devemos, em primeiro lugar, circunscrever na nova ciência aquilo que é realmente novo, do ponto de vista da forma de pensar as coisas: não tanto no nível dos conteúdos teóricos, que ocorrem sempre o risco de ser objeto de refutação e nos quais não se deve, acima de tudo, ‘acreditar’, apesar dos sucessos tecnológicos que os acompanham; mas, sobretudo, relações novas entre a nossa racionalidade e as coisas, partindo do princípio de que as coisas da natureza permanecem inalteráveis, bem como a razão discursiva, tendo em conta que funciona sempre com a ajuda de princípios de identidade e de não-contradição. A relação entre a nossa racionalidade e as coisas é que se renova; mais perfeitamente, a relação abstrato-concreto tal como surge no pensamento científico moderno. O que é novo na ‘nova razão’ não é tanto a própria razão em si, mas a maneira como a utilizamos para explicar o real...<sup>26</sup>*

Neste sentido, tem surgido, em vários países do mundo estudos de especialistas nas mais diversas áreas do conhecimento e de diferentes matizes ideológicas, na busca de propostas factíveis à formulação de um novo olhar normativo para a sociedade contemporânea. De modo geral, esses estudos têm questionados a concepção teórica e ética em vigência e propõem novos conceitos com destaques para o campo das práticas quotidianas e dos conhecimentos e compromissos populares, além de formas alternativas de organização da vida espiritual e de técnicas patrimoniais, de pesquisas científicas e tecnológicas de ponta em seus diferentes ramos do saber, das novas formas de organização da produção técnico-industrial etc.

Ao tratar desses aspectos nos meios de comunicação social, o professor Emmanuel Carneiro Leão reflete, de forma crítica, a ambigüidade existente entre o atual padrão tecnológico dos meios de produção e essa ortodoxia ainda predominante no discurso sobre a ética nos diferentes meios de comunicação, e faz a seguinte avaliação:

*Ninguém sabe os limites do progresso técnico, mas, em cada etapa do seu crescimento, todo mundo sabe, com um saber oblíquo e incorporado, que o progresso é, em sua natureza, opaco para si mesmo e obtuso para as condições, suas próprias possibilidades, cego para os valores e insensível para a operação dos seus limites. É aqui que emerge a experiência mais do que lúcida, a experiência translúcida de uma conexão íntima e reciprocamente constitutiva entre a ética e o mistério. Quanto mais as técnicas progredirem, tanto mais a ética regride em vigência formativa e em espontaneidade criativa. O progresso tende a disseminar uma atmosfera desfavorável para o exercício da ética e o do científico. Por isso, cresce hoje, cada vez mais, a metamorfose das sociedades em ajuntamento, da educação em adestramento, dos grupos em massa. É o caldo da cultura e da cultura dos meios eletrônicos de comunicação de massa. Ora, a ética só pode afirmar-se, florescer e vigorar fora das massificações e dos automatismos. A criação contra as repetições, o universal contra o abstrato, a originalidade contra a reposição, a personalidade contra as massas, a diferença contra as uniformizações da igualdade, tal é o verdadeiro desafio da ética no contexto sem vício nem vitalidade, em que hoje nos descobrimos inseridos a cada passo e por toda parte.<sup>27</sup>*

Em uma perspectiva similar a do professor Carneiro Leão, a literatura internacional acessada no Brasil, inclusive via Internet, indica que esta maneira de olhar a ética vem se expandindo em quase todos os campos do conhecimento e vários países do mundo. Mediante uma rápida reflexão sobre os fatores das mudanças ocorridas nos últimos 30 anos pode-se chegar a uma conclusão preliminar de que tal expansão começou a partir do final dos anos de 1960, em razão das crises constantes em diversos setores (política, econômica, cultura, ciência, tecnologia, religião, mito e outros) mundo ocidental. Assim, em 1974, o filósofo alemão Hans Jonas, dissertando sobre as necessidades de mudanças valores na ética, na medicina e na técnica, fazia os seguintes comentários:

*... A técnica moderna introduziu alterações de tão diferentes escala, objetos e conseqüências, que o quadro da ética anterior já não pode contê-los. O coro de Antígonas sobre o deínotes, o prodigioso poder do homem, teria de ter um tom diferente agora; e a sua admoestação ao indivíduo para que honre as leis do país já não seria suficiente. Ora se as antigas prescrições éticas de "semelhante" — de Justiça, caridade, honestidade, e por aí fora — ainda são válidas na sua íntima contigüidade com a esfera mais próxima e quotidiana da interação humana. Todavia, essa esfera é ensombrada por um crescente domínio de ação coletiva em que agente, ação e efeito já não são o que eram na esfera próxima e que, pela desmesura dos seus poderes, impôs à ética uma nova dimensão de responsabilidade nunca antes imaginada.*<sup>28</sup>

Preocupações similares são demonstradas em todas as áreas do conhecimento, obviamente umas mais, outras menos. Na área da biblioteconomia, por exemplo, os seus profissionais reivindicam, há algum tempo, mudanças na sua legislação com destaque especial à superação dos mitos da neutralidade e do corporativismo. A herança desses mitos a partir dos anos de 1940, deve-se às influências expressivas, tanto pelas correntes teóricas norte-americanas que se fizeram presentes na biblioteconomia brasileira<sup>29</sup>, quanto pela institucional, uma vez que ela fora reconhecida como profissão mediante o Decreto 42.018, de 09/08/57, referente à estrutura militar para desempenhar (de acordo com seus artigos 84,9 e 424,1 e 2), no âmbito do cargo de Oficial de Relações Públicas, "as funções de bibliotecários e encarregados da sala de recepção".<sup>30</sup>

Farias (1996), comentando a relação da biblioteconomia com a ética, ao se referir a aprovação do primeiro Código de Ética Profissional para a área (Decreto nº. 56.725 de 16/08/1965), destaca os seguintes artigos:

*"Artigo 1º. O bibliotecário deve preservar o cunho liberal da sua profissão (...) deve capacitar-se de que a sua profissão não se exerce num círculo restrito, mas constitui um elemento da comunidade";*

*"Artigo 4º (referente aos deveres. A defesa dos direitos e interesses que lhes são confiados, o prestígio da classe, dignidade e o aperfeiçoamento das instituições biblioteconômicas";*

*"Artigo 9º. São condenáveis e devem ser proscritas as discussões de caráter pessoal pela imprensa falada ou escrita"*<sup>31</sup>.

Com a análise cuidadosa do conteúdo dos três artigos, pode-se ver que neles permanecem resquícios daquelas marcas originais, em particular, o de caráter corporativista. Neste sentido, afirma mais uma vez Faria:

*Os parágrafos acima citados refletem um pouco o espírito do primeiro código de ética que em um momento se preocupava com a sociedade de forma geral, mas visava ao engrandecimento e ao prestígio da classe recém-construída e ao mesmo tempo pretendia limitar as exposições pessoais dos profissionais.*<sup>32</sup>

Pertinaz às suas reivindicações, a categoria conseguiu, em 1986, criar um novo Código de Ética (Resolução CFB nº 327) mais amplo que o anterior. Entretanto, não foi possível superar ainda algumas daquelas suas características originais e "as sanções nele incluídas, eram de difícil aplicabilidade".<sup>33</sup> Mas, em 1993, mediante a Resolução CFB nº 399 foi

*... determinada a apuração das faltas e a aplicação de sanções do Código de Ética criado em 1986. Assim, um novo código é necessário, em face das transformações ocorridas no âmbito da sociedade e na área de informação, mas tendo em vista que tramita, no Congresso Nacional, Projeto de Lei que trata da nova Lei do Bibliotecário, o momento de estudo, discussão e espera.*<sup>34</sup>

De forma similar também se manifestam os profissionais da área da ciência biomédica (incluindo aí a psiquiatria, psicanálise, a psicologia clínica, a biotecnologia, a genética, a biologia celular, entre outros) desde o início de 1970. As reivindicações dessa categoria apontam para a criação de um código das ciências da vida e de uma nova área de estudo que trate da questão específica da saúde e da vida humana: a bioética<sup>35</sup>. Embora para Marília Marques (1996) não se pode negar que esta é uma área do conhecimento que aos poucos vem crescendo e se firmando, e nos últimos anos passou a fazer parte da grade curricular na área biomédica, inclusive em algumas universidades brasileiras.

Embora o Código das Ciências da Vida seja uma proposta ainda limitada às ciências biomédicas, ele deveria e tem potencial para congregar, em seu conteúdo programático, questões sobre ética, moral, razão, direito, conduta etc. e perpassam as demais áreas do conhecimento e, com síntese dessas, a ciência da informação. Isto porque esta tem por força de lei, o compromisso de “assegurar a todos o acesso à informação, resguardado o sigilo das fontes quando necessário ao exercício profissional.”<sup>37</sup> Portanto, conforme afirma ainda Pinheiro e Loureiro, ela deve “balizar a sua trajetória pelo acolhimento do pensar heterológico, voltado ao desenvolvimento das bases tecnológicas e socioculturais.”<sup>38</sup> Neste sentido, esta ciência representará, de fato e de direito, o núcleo básico das ciências da vida. Isto é, se considerado o que é e o que pode e deve ser a diversidade dos valores culturais do homem e da sociedade uma vez que a moral humana desconhece ficções.

### **ÉTICA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: “PERPÉTUA POSSIBILIDADE EM UM MUNDO APENAS DE ESPECULAÇÃO”<sup>40</sup>”**

*A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá  
mas não pode medir seus encantos.  
A ciência não pode calcular quantos cavalos de força  
existem  
nos encantos de um sabiá.  
Quem acumula muita informação perde o condão de  
adivinhar: divinare.  
Os sabiás divinam.*

Manuel de Barros  
(*Livro sobre Nada*)

À mesma maneira que olhei para a ética no entremeio deste ensaio, procurarei olhar também para a ciência da informação. Esta, como área do conhecimento que estuda a organização, a sistematização e a disseminação das diferentes modalidades de informações que se encontram armazenadas tanto na esfera da cognição (apreensão de conhecimento pela mente humana), quanto em suas diferentes fontes documentais (livros, boletins, jornais, periódicos, vídeos, discos, filmes etc) institucionalizadas ou não.

Deste modo, ressalto aqui um aspecto representativo da vocação natural desta área do conhecimento: a informação científica veiculada nessas fontes documentais.<sup>41</sup> Ela desempenha, em realidade, uma espécie de proposição direta da pesquisa e do próprio conhecimento científico. O pesquisador, ao sair para o seu campo de trabalho (laboratório, bibliotecas, enquêtes, entre outros), vai munido de informações científicas e técnicas que representam, em última instância, o instrumento básico do seu trabalho tanto em nível teórico quanto no prático. É por meio delas que o pesquisador produz relatórios, boletins, resenhas, teses, livros e demais materiais similares. Sem esse instrumento, a pesquisa não se realizará e, da mesma maneira, o conhecimento científico não se consolidará.<sup>42</sup>

Esta é apenas uma, entre as inúmeras formas da representação do conhecimento que constituem, de forma interativa, um sistema organizador das informações em todos os campos do saber humano. Estudando o paradigma informacional das ciências contemporâneas Maria Manuela Araújo Jorge afirma que

*O conhecimento só pode ocorrer a partir da presença de um sistema integrado e organizador dessa informação circulante. Esta apropriação, que supõe um esforço pessoal, mobiliza não apenas as capacidades gnosiológicas e*

*um sujeito ideal, mas finalmente toda a complexidade concreta de uma personalidade. Aí se gera a dimensão Ética conhecimento, aí nasce realmente, a questão da significação e do sentido.*<sup>43</sup>

Questões iguais ou similares às ressaltadas anteriormente me incomodaram e foram importantes porque me conduzi a leituras e reflexões de textos fundamentais para a superação das minhas limitações teóricas sobre a ciência da informação. Após essas leituras, passei a considerá-la como patrimônio cultural da civilização humana. Isto se deve razão de ela ter se constituído no âmago do processo civilizador em momentos históricos e espaços sócio-culturais específicos. Logo, traz em sua essência, todos os componentes de uma ciência da vida.<sup>44</sup> Assim, a ciência da informação, além de ter o compromisso com a disseminação e socialização da informação em cumprimento da lei,<sup>45</sup> tem o valor de um bem cultural da sociedade e ainda, entre os seus infinitos atributos, o de resgatar a diversidade cultural do nosso processo civilizador. Ao tratar desse último atributo, Heloísa Tardin Christovão faz a seguinte reflex

*... uma das mais profícuas opções que a ciência da informação tem oferecido aos profissionais que nela atuam é a possibilidade de resgatar culturas pelo estudo dos diferentes tipos de informação em seus respectivos habitats naturais ou artificiais. Teria sentido integrar ao espaço de nossa pós-graduação algumas das temáticas aí subtendidas e exc*  
*outra? Quais seriam os critérios? Como seriam estabelecidos? Ou a ciência contemporânea não poderia ser (seria) espaço apropriado e equinâmico de todos esses valores?*<sup>46</sup>

Ainda nesse particular, remeto-me a Fernando de Azevedo, que, nos decênios de 1950/60, ao defender a necessidade de modernização científica e tecnológica da sociedade brasileira, centrava as suas proposições em prol de um padrão social que valorizasse a cultura como:

*... uma espécie de síntese da teoria e da prática, a 'soma' viva das experiências e reflexos da humanidade e que é portanto, do que a inteligência chegou relativamente a universalizar entre os dados e a vida; sem ideal que irradia, e, torno da liberdade, como um centro da luz e do calor, e sem esse generoso desejo de renovação e esse grande ape de descoberta com que se resguardam da rotina e da estagnação e se transformam em instrumentos de progressos humanos. Se há coisas sem as quais não podemos viver e, se, enquanto buscamos essas coisas a nossa vida não ultrapassa em dignidade a vida animal universal, há coisas, como nos lembra Boutroux, sem as quais não queremos viver e é propriamente a procura dessas coisas materialmente inúteis, como o amor mesmo da ciência, as alegrias de pesquisa e da descoberta, que é nossa de homem.*<sup>47</sup>

Entretanto, a efetivação desse ideal implica o reconhecimento e valorização da cultura do presente na qual se inclui moral, a justiça, a ética, a conduta e o direito à informação, à ciência, à tecnologia, à política, ao poder, à justiça, à economia etc. Isto ocorre também em todos os níveis da ação individual: do sensível ao espiritual e desses à diversificação dos bens materiais como síntese das suas ações “no-mundo e com-o-mundo”<sup>48</sup> em razão de que o bem humano, conhecido na sua generalidade, é o mesmo para todos os tempos, e que a sua realização ou a sua violação tem lugar em cada época, e a sua sede é sempre o presente.<sup>49</sup>

Esse agora, esse presente é, em última instância, uma permanente preocupação de qualquer ser humano que tenha mínimo de capacidade reflexiva sobre a sua existência. Henri Atlan, analisando os impactos que o desenvolvimento científico e tecnológico exerce, em sua naturalidade, na estrutura cognitiva de cada indivíduo social — embora diga que essas mudanças não sejam um processo contínuo — supõe por um lado, que elas cercam o nosso cotidiano, e por outro, coloca algumas questões (dúvidas) sobre a forma como vem se reconduzindo a renovação moral e quais as suas implicações no homem. Neste sentido diz ele:

*As descobertas deste século alteraram sensivelmente a nossa maneira de pensar, não apenas a natureza, mas também as implicações teóricas, morais e políticas das nossas atividades de investigação. Será difícil negar que, primeiro a física quântica e a relatividade e depois a biologia celular, a que recentemente se vieram juntar à ciência da informação, têm uma incidência fundamental sobre a forma como pensamos as coisas. É inegável que descobrimos em nós e à nossa volta uma razão nova e diferente daquela a que os séculos precedentes da ciência e da filosofia nos haviam habituados. Mas de que nova razão se trata? Ou mais exatamente, onde reside a novidade desta razão nova partindo do princípio de que se trata de razão, em relação à razão clássica? O que acontece, freqüentemente, é que a novidade, com sua aura de inaudito, de maravilhoso e de fantástico, deslumbra ao ponto de fazer esquecer aquilo que é feito. Foi assim que uma mística bem combinada com a irracionalidade, a qual a nova ciência viria, supostamente, 'confirmar', conseguiu fazer soçobrar, por vezes, investigações científicas de valor. Se bem que existam alguns que, igualmente com demasiada freqüência, no intuito de manter a 'cabeça fria', não encontram outras*



*alternativas senão ignorar o que esta nova razão implica, como se tratasse apenas de uma mera continuidade ininterrupta no combate e na vitória da razão clássica sobre o que não é; não encontraram outras alternativas senão de uma mera sucessão triunfante à vitória das Luzes, inaugurada século do mesmo nome, sobre as trevas do obscurantismo religioso e do irracional, sobre os 'homens negros' de Nietzsche, e sobre a 'maré negra' de Freud. E luta existiu e continua a existir nos nossos dias. Mas não se trata de um processo contínuo, monótono e unívoco: a mistura-se sempre com a obscuridade, e esta é tanto maior quanto mais ofuscante for a luz.*<sup>50</sup>

As referências à literatura consultada e utilizada neste ensaio têm como objetivo específico procurar ressaltar, na medida do possível, os detalhes de riqueza de conteúdo da ciência da informação. Deste modo, farei aqui uma espécie de exercício especulativo, no sentido de olhar como essa área pode ser ainda concebida por dois gêneros distintos de narrativas: "A Questão da Informação", de Aldo Barreto, e a crônica "Memória do Mundo", de Ítalo Calvino, núcleo teórico do ensaio de Aldo Barreto tem o seu foco narrativo no fenômeno da informação, uma vez que

*... "informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e revolução do homem em direção sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino; mesmo antes do seu nascimento, através da sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisséia individual no espaço e no tempo. (...) A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações do indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que ele vive"*<sup>51</sup>.

Calvino, na sua crônica, perpassa da ética à moral e destas à representação genérica dos mesmos fenômenos informacionais apontados por Aldo Barreto. Assim, o seu enredo básico gira em torno de uma curta história-ficção sobre um categorizado executivo de uma empresa de documentação/informação. Essa empresa tinha como meta principal desenvolver um modelo tecnológico/informacional no qual pudesse registrar, em apenas uma ficha perfurada (lembra uma ao que hoje em dia simula-se ser, por exemplo, o Projeto Universalis<sup>\*</sup>), toda e qualquer informação, mesmo aquelas inexistentes, sobre o conhecimento da memória do mundo uma vez que as notícias correntes prognosticavam um próximo fim da vida na Terra. Desta forma, poderia comercializar tudo o que era conhecido, ou mesmo desconhecido aos planetas que desconheciam a existência da vida na Terra. Entretanto, para que essa proposta pudesse ser concretizada, a diretoria da empresa depositou toda a sua confiança em um profissional altamente categorizado. Mas esse, em razão de problemas emocionais provocados pela difícil, mas apaixonada relação conjugal com a sua jovem esposa conhecida nos círculos onde freqüentava por "Angélica-Informação" — a qual desaparecera misteriosamente numa noite de exuberância entre o casal e o seu amante — não tinha possibilidades de continuar o seu trabalho nas mesmas condições que sempre desempenhou e fora elogiado pela direção da empresa. Preocupado com a gravidade da sua conduta moral, teve a iniciativa de comunicar a um seu colega de trabalho sobre a iminência de direção geral da empresa e lhe nomear para ocupar o cargo em vacância.

O motivo dessa escolha era por ele reunir todas as condições ideais para exercer esse cargo e executar um projeto jamais fora pensado por alguém. Basta observar, imaginava o personagem que:

*Durante um certo tempo, o universo teve uma especial oportunidade de recolher e elaborar informação; e de criá-la, fazer aparecer informação onde não haveria nada a informar de nada: esta foi vista na Terra e sobretudo o gênero humano, a sua memória, as suas invenções para comunicar e recordar. A nossa organização garante que esta qualidade de informação não se perca, independentemente do fato de ela ser recebida por outros ou não. Será*

*responsabilidade do diretor fazer que não fique nada de fora, porque o que ficar de fora é como se nunca tivesse existido. E ao mesmo tempo será sua responsabilidade fazer como se nunca tivesse existido tudo o que acabaria por estorvar ou deixar na sombra outras coisas mais essenciais, ou seja, tudo o que em vez de aumentar a informação criaria uma inútil desordem e barafunda. O importante é o modelo geral constituído pelo conjunto das informações, e qual se poderão extrair outras informações que nós não damos e se calhar não temos. Em resumo, não dando certas informações dão-se mais do que se dariam se as déssemos.*<sup>52</sup>

---

<sup>\*</sup> O projeto Universalis foi criado em 1995, visando a unificação das bibliotecas eletrônicas dos países do G-7. Este grupo reúne os sete países mais industrializados do mundo: EUA, Canadá, Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Japão.

Entrever-se, nesta crônica, uma crítica sutil a crescente tendência dos propósitos da construção dos paradigmas de uma sociedade futura (ou o que se chama hoje em dia de sociedade informacional) em não olhar o conhecimento pelo passado e do presente nem mesmo como uma espécie de “fantasia”. Da mesma forma, pode-se supor um nível de consciência possível<sup>53</sup> do ser humano mediante a sua inquietação provocada por uma complexa e sensível interação entre a organização, a progressiva produção e a acumulação da informação estocada, as formas e processos da sua disseminação e apreensão pelo cérebro humano na construção do progresso tecnológico e na transformação da divisão internacional (ou interplanetária, no sentido dado pela referida crônica) do trabalho na sociedade contemporânea.

Mediante a comparação de uma perspectiva científica alguns dos fatores abordados na crônica de Calvino, como, por exemplo, o estoque e a disseminação da informação, Aldo Barreto narra os seguintes aspectos:

*Na acumulação da informação estocada, os produtores de informação são pressionados a aumentar, continuamente o **quantum** de informação armazenada, para atender a requisitos de novidade, qualidade e abrangência desta informação. O resultado desta política de formação de estoques representa um crescimento contínuo e cumulativo de grande quantidade de informação produzidas. Esta organização concentra um conjunto de saberes, regras, normas, proibições e permissões que são conservadas e transferidas através de canais próprios de comunicação (Maffesoli, 1984). Esta diferenciação e aproximação, certamente, condicionam a distribuição da informação, o seu uso e assimilação.*

*(...) Considerando, portanto, o volume e a estrutura dos estoques de informações disponíveis, a transferência de informação poderia efetuar-se, do ponto de vista do controlador, de acordo com três estratégias que considerassem aspectos do contexto do receptor: uma estratégia que procure atingir e criar grandes grupos homogêneos de receptores; uma que procure identificar interesses e necessidades comuns de informação para grupos diferenciados; e, finalmente, uma estratégia em que a disseminação da informação privilegie uma elite informacional.<sup>54</sup>*

Embora o texto de Aldo Barreto não manifeste a existência de uma interação explícita entre a razão, a ética e a moral destas com a informação em seus aspectos genéricos, aponta em direção a um grau de consciência possível que os diferentes níveis de produção e de organização da informação poderão desempenhar para a geração de conhecimento e/ou instrumentos de melhoria para o ser humano. Em relação a estes mesmos aspectos, o texto de Calvino se aproxima mais de um conceito de falsa consciência representada em uma possível alienação desse mesmo ser humano, conforme se pode observar na mensagem do seu personagem:

*O resultado final do nosso trabalho será um modelo em que tudo conta como informação, mesmo o que não está lá então se poderá saber, de tudo que existiu, o que contava de fato, isto é, o que existiu realmente, porque o resultado final da nossa documentação será o conjunto do que existe e existirá, e tudo o resto não interessa.<sup>55</sup>*

Não há dúvidas de que ambas as realidades existem, uma vez que elas são partes integrantes da diversidade cultural do processo civilizador. O texto de Aldo Barreto apesar de tender ainda para uma pequena utopia, revela um nível de consciência possível que se aproxima mais do real, do desejável. Calvino trata desta mesma questão no nível de alienação de ser humano, ao entrever as angústias e os principais problemas de ordem moral que afligem a consciência do personagem central da sua crônica. Neste sentido, o texto do escritor italiano decodifica um assunto complexo e o transforma em fácil compreensão para o leitor. Isto se deve ao uso da linguagem no texto ser característico do gênero crônica que a faz, segundo Antônio Cândido,

*despretensiosa, insinuante e reveladora. E também porque ensina a conviver intimamente com a palavra, fazendo que ela não se dissolve de todo ou depressa demais no contexto, mas ganhe relevo, permitindo que o leitor a sinta na face dos seus valores próprios.<sup>56</sup>*

Portanto, a concretização ou a negação das proposições acima apresentadas guardam uma relação direta com o nível de consciência que o ser social possa ter dos valores éticos universais. Isto é, daqueles valores que existiram em uma cultura “abandonada” em tempos remotos ou de passados mais próximos e dos que existem ainda em uma cultura “abandonada” do presente. Entretanto, esse grau de consciência não é dado por “poderes misteriosos, divinos.” Ao contrário, ele é decorrente das diferentes gradações que se encerram, em última instância, na interação da ética com a consciência da informação e, logicamente com a educação. Estes devem ser os fundamentos básicos para o aperfeiçoamento dos conhecimentos humanos e, conseqüentemente, para uma nova ordenação sistêmica da ciência e da informação como representação de

*... um conjunto dos procedimentos teóricos, práticos e metodológicos relativos ao estudo daquilo que é reconhecido como complexo. Um sistema levanta, enquanto tal, problemas de fronteiras, de relações internas e externas, de estrutura, de leis ou de propriedades emergentes, de mobilização, de simulação e de estratégia<sup>57</sup> (parafrazeando mais uma vez T. S. Eliot), diante de uma “perpétua possibilidade num mundo apenas de especulação”.*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Por muitos anos procurei-me a mim mesmo.*

*Achei. Agora não me digam que ando à procura da originalidade, porque já descobri onde ela estava, pertence-me, é minha.*

Mário de Andrade  
(Poesia)

Fica difícil, em um ensaio desta natureza, abordar todos os aspectos que dizem respeito ao tema nele tratado. Por exemplo, poderia ter contemplado aqui, de forma mais contudente, alguns conceitos relativos aos debates atuais em torno das teses da redução de incerteza, do valor agregado, da teoria matemática da informação, da entropia, da organização e método, da informática (infovia) entre outras infinidades de assuntos tratados pela ciência da informação. Entretanto, optei pelos aspectos que estão diretamente relacionados com o objetivo deste ensaio, ou seja, a interação da ética com a ciência da informação no âmbito da produção científica do IBICT entre 1972-1996. Penso que sobre isso acumulei informações suficientes para não perder o “condão de adivinhar”, “divinare”, no sentido que dá o verso de Manuel de Barros. Ou seja, não perdi a capacidade de encontrar e selecionar a literatura básica e de interpretá-la objetivando construir a unidade deste texto.

Em relação aos aspectos teóricos sobre o fenômeno da informação, procurei olhar o seu caráter cognitivo, evidentemente associado a uma perspectiva interdisciplinar. Quanto ao primeiro, selecionei diferentes abordagens de expressivas qualidades. Entre elas, destaco ainda como uma espécie de síntese, o seguinte trecho do livro de Francisco Varela onde diz:

*“... que a informação se assemelha a um **logístico**” moderno que explicaria a estrutura do conhecimento, apoiando numa preexistente ordem das coisas. O ponto forte da arguição é precisamente a sua capacidade para exprimir o significado e as regularidades; a informação deve aparecer não como uma ordem intrínseca, mas como uma ordem emerge das próprias atividades cognitivas. Se isto se verificar, a nossa ingênua compreensão das relações que mantemos com o mundo mudará dramaticamente<sup>58</sup>”.*

Da mesma forma, ocorreu em relação à interdisciplinaridade. Neste campo identifiquei uma série de estudos realizados no âmbito do próprio DEP/IBICT. Porém, selecionei apenas o artigo de Pinheiro e Loureiro, em razão de os autores tomarem por base estudos clássicos sobre a interdisciplinaridade na ciência da informação. Assim, eles visualizam em um diagrama (e que leva a imaginar uma certa similitude com a narrativa ficcional da crônica de Calvino) o seu vínculo orgânico com 49 outras áreas do conhecimento e a justificam ainda com o seguinte argumento:

*Ao esboçarmos os campos interdisciplinares da ciência da informação, fomos guiados pela idéia de que ‘a característica central da interdisciplinaridade consiste no fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas tomando-lhes de empréstimo esquemas conceituais de análise, a fim de fazê-los integrar depois de havê-los comparado e julgado’, na certeza de que ‘a exigência interdisciplinar impõe a cada especialista que transcenda a própria especialidade, tomando consciência dos seus limites para acolher as contribuições das outras disciplinas<sup>59</sup>’.*

Fui verificar considerando tais características, se no referido diagrama a questão da ética aparecia como uma área específica de estudo científico. De súbito, não a encontrei de forma explícita, mas pode ser que esteja incluída no campo de estudos da filosofia. Entretanto, este aspecto não significa que o diagrama esteja falho. Ao contrário, ele é

---

\* Palavra que designa um fluido imaginado no século XVIII como sendo a própria substância do calor para explicar certos fenômenos físicos que hoje a termodinâmica estuda segundo modelos muito diferentes. Nota do autor.

na minha opinião, a representação mais completa não apenas em relação à nova concepção sistêmica da ciência da informação, como também das demais áreas do conhecimento científico.

Isto foi mais um alerta para me dedicar à produção deste ensaio. A partir daí fiz uma incursão pelos 541 artigos publicados na *Revista Ciência da Informação* (do v.1, n.1 de 1972 ao v. 25, n.1 de 1996), pelas 231 dissertações do mestrado, na tese de doutorado e nos dois números do *Caderno Informare*. Neste universo bibliográfico, pude identificar apenas um artigo, o da professora Maria Nélida, que, apesar de não ter o objetivo em tratar diretamente do assunto pauta, faz uma sensível observação no sentido de chamar atenção sobre a importância do papel da ética em face da problemática dos estoques e das redes de informação no contexto da globalização.<sup>60</sup>

À proporção que fazia essas leituras, descobria coisas novas em torno do tema. Assim, por exemplo, pude perceber que uma parte significativa da literatura produzida no âmbito do IBICT indica que o Brasil foi pioneiro na América Latina na implantação de cursos, pesquisas e realizações de inúmeros eventos e estudos teóricos sobre a ordenação da ciência da informação como área verdadeiramente científica.<sup>61</sup>

Ainda que isto seja inquestionável, ao mesmo tempo fico imaginando (se bem que o IBICT já navegue no espaço a Internet) por que será que esta área do conhecimento não conquistou, de fato e de direito, o seu espaço entre os seus próprios pares no meio universitário e/ou de pesquisas e desenvolvimento, no setor produtivo-empresarial ou mesmo sociedade civil? Neste mesmo sentido, um outro aspecto relevante também é ressaltado pela professora Célia Zahe. Ao contrário do que em décadas recentes era um lamento geral entre a comunidade científica e acadêmica do país (o problema da dependência material e intelectual), a professora afirma que

*... o Brasil intelectualmente está preparado, mas ainda não o está fisicamente. As nossas linhas de comunicação são precárias, temos que preparar o país, agressivamente, porque já estamos com uma década de atraso. É importante considerar os agentes e os usuários especializados, as supervias da informação e os meios eletrônicos na produção científica. Deve-se aparelhar os profissionais que vêm ao curso de mestrado com uma nova formação, para que se possa influenciar com maior impacto essa nova geração. Bem, o terceiro milênio é depois de amanhã, então, essa é a realidade de hoje.*<sup>62</sup>

Indago, ainda, se a problemática apontada acima não tem alguma relação com o assunto esboçado neste ensaio? As dúvidas permaneçam, uma vez que elas fazem parte do tempo e da eternidade. Entretanto, para minimizá-las é necessário reflexão. Refletir como faz, por exemplo, Vergueiro — tomando por base a própria Constituição Federal — criticando o mito da ética da neutralidade na biblioteconomia, diz que:

*...a informação solicitada deve ser fornecida sem restrições, pois a aplicação das informações fornecidas é considerada irrelevante ao desempenho profissional. Mas é talvez razoável imaginar que uma ética social mais ampla irá provavelmente condenar tanto o assassinato como o ato suicida, entrando em choque com os ditames da profissão. Nesses casos, é também razoável supor que “quando o bibliotecário percebe ou mesmo suspeita que a informação será utilizada para objetivos anti-sociais - a destruição de propriedades ou vidas —, então as orientações profissionais devem tornar-se subservientes à ética comum, que nos manda respeitar propriedades e vidas” (Hauptman, 1988, p.1 Mas nem sempre deve-se reconhecer se é essa a norma seguida pelo bibliotecário.*<sup>63</sup>

Minha capacidade de observação e de reflexão sobre este assunto esgota-se aqui. Entretanto, dentro das minhas limitações teóricas, procurei sistematizar alguns pontos de vista sobre o tema em pauta. O objetivo foi o de ressaltar quão importante é para todos os cidadãos brasileiros - em particular para nós profissionais da área da ciência da informação, visto que este é um compromisso que nos é assegurado pela nossa Constituição Federal<sup>64</sup> — refletir sobre o tema aqui exposto.

É verdade que fiz aqui uma abordagem demasiadamente genérica sobre um tema específico. Entretanto, acredito que não poderia ser diferente em se tratando — como ficou expresso logo nas primeiras frases do texto — ser um ensaio com feição em seu significado semântico, de um tema exploratório. Deste modo, ficam aqui registradas as minhas considerações sobre o assunto tratado neste ensaio. Elas são de ordem exclusivamente pessoal, uma vez que o direito à liberdade de pensamento e de ação dentro das normas legais me é garantido pela própria Constituição Federal. Com isto, espero que possa trazer algumas contribuições às atividades comemorativas aos 25 anos ininterruptos de publicação desta Revista, o que é um fato sensível da ordem presente à razão futura.

## Notas e referências bibliográficas

1. A idéia de “um tema exploratório”, me foi aventada pela professora Lena Vânia Pinheiro do DEP/IBICT/CNPq.
2. Sobre a capacidade perceptiva e/ou faculdades cognitivas do ser humano, me baseei na leitura do livro de GAZZANIGA, Michael S. *O Cérebro Social: à descoberta das redes do pensamento*. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1995. 263p.. Tradução de Maria João Reis
3. Em relação à concepção de objetividade e subjetividade da vida cotidiana, me baseie nas leituras do livro de BERGER, Peter & LUCMANN. *A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 13ª. Edição. Petrópolis, RJ. Vozes, 1996. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 247p.
4. Cf. MERLEAU-PONTY, Maurice. *La prose du monde*. p. III. 1ª. edição. Paris: Gallimard, 1969. Texto estabelecido e apresentado por Claude Lefort. 211p. (A tradução do trecho citado é Geraldo Moreira Prado).
5. Cf. MOREIRA, Marina Lemette. “Ética na Vida Acadêmica: complexo entre Docentes, Discentes e Funcionários”. Aula inaugural do 2º. Semestre/1996 (xerox), 15p.
6. Tais aspectos encontram-se bem refletidos nos seguintes textos; GÓMEZ, Maria Nélide González. “A configuração Temática da Ciência da Informação no currículo do IBICT: estudo de caso”. Dissertação de mestrado. Orient. Anna Maria M. Cintra. IBCT/RJ, 1982; idem, O objeto de estudo da C.I.: paradoxos e desafios In: *Revista. C.I. v.19, n. 2*, pp. 137-143, jul/dez.1990; BOUCHE, Richard.; BRITO, Marcílio (trad.). *Ciência da Informação: ciência da forma*. In: *Revista Ciência da Informação, v. 17, n. 2*, pp. 99—104, jul/dez. 1990; COSTA, Antônio F. Corrêa. *Ciência da Informação: o passado e a atualidade*. Op. Cit. pp. 137-143; GAMA DAS NEVES, Teodora Marly. “Histórias e Temáticas do Curso de Mestrado do IBICT”. Dissertação de mestrado. Orient. Heloísa Tardin Christovão, 1992; FERNANDES, Geni Chaves. “O que é Ciência da Informação: identificação através de relações conceituais a partir de três visões”. Orientadores. Maria Nélide G. de Gómez e Rosali Fernandes da Souza. IBICT/RJ, 1993; BARRETO, Aldo de. Uma elegante esperança. pp. 7-9. In: *Revista Ciência da Informação. v. 24, n.1*. pp. 1-164. Brasília: IBICT, jan/abril 1995; ZAHER, Célia Ribeiro (Entrevista com Rosali F. de Souza). Op. Cit. pp. 13-20; CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin. A Ciência da Informação no contexto da pós-graduação do IBICT. In: Op. Cit. pp 31-35; PINHEIRO, Lena V. R. & LOUREIRO, José Mauro M. Traçados e limites da Ciência da Informação. pp. 44-52. Op. Cit.; e BRAGA, Gilda Maria. *Informação, Ciência da Informação: breves reflexões em três tempos*. Op. Cit. pp. 84-88.
7. Segundo Lucien Goldmann, “durante a Revolução Francesa, a exigência de igualdade jurídica representava o máximo de consciência possível para a burguesia; a compreensão do fato de que a igualdade jurídica é puramente formal e em nada garante se a igualdade econômica ultrapassava a consciência possível da burguesia revolucionária”. Cf. GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. p.100. 2ª. Edição. São Paulo: DIFEL, 1970. Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. 117p.

8. Estou usando o conceito processo civilizador ou o seu correspondente processo civilizatório, baseado na leitura das obras de Darcy e Ribeiro e de Nibert Elias. Considero esta formulação teórica mais abrangente do que a de formação econômica e social ou mesmo a de processo histórico.
9. Cf. BUZZI, Arcângelo R. *Introdução ao Pensar. O Ser, o Conhecimento, a Linguagem*. p. 185. 21ª edição. Ptrópolis, RJ. 1992. 260p.
10. Cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. "Dicionário Aurélio Eletrônico" (verbetes ética). 2ª edição eletrônica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.
11. "Cf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. 1ª edição (especialmente preâmbulo e Título I). Brasília: Senado Federal, 1988. 292p.
12. Cf. SINGER, Peter. *Ética Prática*. p. 27. 1ª. Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1993, Tradução de Jefferson Luís Camargo. 399p.
13. Cf. PARELMAN, Chaï m. *Ética e Direito*. p.65. 1ª. edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996. Tradução de Maria Ermantina G. G. Pereira. 722 p.
14. Cf. DALLARI, Dalmo de Abreu. "Advogado joga com interpretações". In: Folha de São Paulo (Caderno Mais. p. 15). 27/10/96.
15. Cf. PARELMAN, Chaï m. Op. cit. pp 64-65.
16. Palavras pronunciadas por um dos pais da bomba atômica, o físico norte-americano Edward Teller, em palestra realizada recentemente em Budapeste, Hungria. In: Folha de São Paulo (caderno Mais. p.10), 27/10/96.
17. DNA: Símbolo do ácido desoxirribonucléico. (ADN) humano onde estão escritas as mais de 3 bilhões de letras químicas do genoma humano. Cf. WILKIE, Tom. *Projeto Genoma Humano: um conhecimento perigoso*. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Revisão técnica de Darci Fontoura de Almeida. 231p.
18. "Bit, a menor quantidade possível de informação. Bit" vem de "binary digit" (dígito binário) e indica os algarismos 0 e 1 existentes no sistema de numeração binária. Assim, a menor quantidade possível de informação pode ser exemplificada por uma chave, que pode estar aberta (algarismo 0), ou fechada (algarismo 1)." In: *o Que é isso Computador?*. p. 8. 1ª edição. São Paulo: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, 1981. 335p.
19. Em 1978, a ONU adotou o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos cujo artigo 7º estabelece que 'Ninguém será submetido a tortura ou a tratamento ou omissão cruel, desumana ou degradante. Em particular, ninguém será submetido, sem seu livre consentimento, a experiência médica ou científica". Cf. "Informe Epidemiológico do SUS. p.11. Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia".. 1995. pp. 1-147
20. Cf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Título IV - Da Organização dos Poderes.
21. Idem.
22. PARELMAN, Chaï m. Op. cit. p.65.

23. Idem, ibd,
24. Cf. PAZ, Otávio. *Os Filhos do Barro*. p. 20. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984. Tradução de Olga Savary. 217p.
25. ATLAN, Henri. *Com Razão ou Sem Ela. Intercrítica da Ciência e do Mito*. p. 11. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994. Tradução de Fátima Leal Gaspar e Carlos Gaspar. 397p.
26. Cf. LEÃO, Emmanuel Carneiro. Ética e comunicação. In: KOSOVSKI, Ester (Organizadora) p.19. 1ª . edição. *Ética na Comunicação*. Rio de Janeiro: Editora Mauu, 1995. 159 p.
27. Cf. JONAS, Hans. *Ética, medicina e técnica*. p.37. Lisboa, Portugal: Passagens, 1994. Tradução de Antônio Fernandes Cascais. 169 p.
28. Cf. VERGUEIRO, Waldomiro C.S. O autor atribui esse mito a influência marcante que D. J. Foskett exerceu na biblioteconomia brasileira. Cf. *Ética profissional versus ética social: uma abordagem sobre os mitos da Biblioteconomia*. In: *Palavra Chave*. Associação Paulista de Bibliotecários. N° 8, Outubro de 1996. pp. 4-20.
29. Cf. GUIMARÃES, José Augusto C. *Legislação Profissional do Bibliotecário*. p. 2. Associação Paulista de Bibliotecários, 1996. Ensaio APB, n. 32.10p.
30. Cf. FARIA, Elaine Marinho. A Biblioteconomia e a Ética. p. 15. In: *Palavra Chave*. Associação Paulista de Bibliotecários, n° 8. ) out..1996. pp. 1-20.
31. Idem.
32. Idem.
33. Idem.
34. Cf. Diretrizes Nacionais e Internacionais para Pesquisas em Seres Humanos. p.11. In: *Informe Epidemiológico do SUS*. Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Centro Nacional de Epidemiologia". 1995. pp. 1-147.
35. Cf. MARQUES, Marília Bernardes. A Bioética na Política Pública do Brasil. In: Informe Epidemiológico do SUS, Ano V - n°. 1 - Jan a Mar/1996. pp. 7-25.
36. Cf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA BRASILEIRA. Título II, Art. 5, inciso XIV.
37. Cf. PINHEIRO, Lena V. R. & LOUREIRO, José Mauro M. Op. Cit..p. 50.
38. Estes aspectos foram muito bem tratados por: ZAJDSZNAJDER, Luciano. *Ser ÉTICO*. 1ª. edição. Rio de Janeiro, 1994.185p.
39. Cf. ELIOT, T.S. "Quatro Quartetos". In: *Poesia*. p.199. 1ª. edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991. Tradução, introdução e notas de Ivan Junqueira. 313p.
40. Jacques Chaumier baseando-se no Dictionaire Le Robert opta pela definição de documento como sendo "todo escrito que serve de prova, informação ou esclarecimento". Cf. CHAUMIER, Jacques. *La gestion életronique de documents*. p. 3. 1ª. edição. Paris: PUF, julho de 1996.
41. Cf. JAKOBLAR, Francois. *L'information scientifique et technique*. 1ª. edição. Paris: PUF, 1995. 126 p. Neste livro, o autor ressalta quão importante é a informação técnica e científica, tanto nos seus aspectos

teóricos, quanto nos práticos para o pesquisador executar a sua pesquisa em qualquer área do conhecimento humano.

42. Cf. JORGE, Maria Manuel Araújo. *Da Epistemologia à Biologia*. p.34. 1ª. edição. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994.

43. Cf. DUBOIS, Daniel. A Inteligência do Cérebro. pp. 43-74. In: *O Labirinto da Inteligência: da inteligência natural à inteligência fractal*. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1994. Tradução de Fátima Gaspar e Carlos Gaspar. 296p.

44. Cf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. TÍTULO II, Cap. I (DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS), Art. 5, inciso XXXIII.

45. Cf. CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin. Op. cit. pp.31-35.

46. Cf. AZEVEDO, Fernando de. *A Educação entre Dois Mundos*. P.115 São Paulo: Ed. Melhoramentos. Apud PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo: Educação e Transformação*. p.73. São Paulo: Perspectiva, 1987. 211.

47. Sobre a relação do “ser-no-mundo e com-o-mundo”, ver. BUZZI, Op. Cit.. p. 68.

48. Cf. JONAS, Hans. Op. Cit.. p.37.

49. DUBOIS, Daniel. Op. Cit. p. 11.

50. BARRETO, Aldo de Albuquerque. p.3. A Questão da Informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 8(4) 1994.

51. Cf. CALVINO, Ítalo. A memória do Mundo. In: *A Memória do Mundo*. p. 132. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Editorial Teorema Ltda., 1993. Tradução de José Colaço Barreiros. 264 p.

52. Cf. GOLDMANN, Lucien. Op. Cit. p p.98-117.

53. Cf. BARRETO, Aldo. Op. Cit. p.5.

54. Cf. Calvino, Ítalo. Idem, ibd.

55. MELLO e SOUZA, Antônio Cândido de. “A vida ao rés-do-chão”. In: *Crônica: O Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Org. Setor de Filologia da FCRB, 1992. 553p.

56. Cf. DUBOIS, Daniel. Op. Cit. p. 16.

57. Cf. VARELA, Francisco. *Conhecer: as ciências cognitivas - tendências e perspectivas*. p. 16. 1ª edição. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 1996. 99p.

58. Idem, ibdem

59. Cf. GÓMEZ, Maria Néida González. A informação: dos estoques às redes. In: *Revista Ciência da Informação*, v. 24, N. 1, Brasília: IBICT, 1995. pp. 77-83.

60. Cf. ZAHER, Célia Ribeiro (Entrevista com Rosali F. de Souza); CHRISTOVÃO, Heloísa Tardin; PINHEIRO, Lena V. R. & LOUREIRO, José Mauro M. e BRAGA, Gilda Maria. In: *Ciência da Informação*. v. 24, n.1. pp. 1-164. Brasília: IBICT, jan/abril 1995

61. Cf. ZAHER, Célia Ribeiro (Entrevista com Rosali F. de Souza). Op. Cit. p. 20.

62. VERGUEIRO, Waldomiro C. S. Op. cit. p. 9.



63. Cf. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Título II (dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo I (Dos Direitos e deveres individuais e coletivos), Art. 5, Inciso XIV.

**From the present order to future reason: some point of view on the subject Ethics in the IBICT scientific production (1972-1996).**

**Abstract**

*This essay presents some theoretical and practical point of view on Ethics and Information Science in the context of knowledge production. It also inquires about absence causes of Ethics as a subject in IBICT scientific production from 1972 and 1996.*

**Keywords**

*Ethics; Information; Science; Information science; Moral; Justice; Right; Law.*

---

**Geraldo Moreira Prado**

**Professor da Pós-Graduação em Ciência da Informação (Conv. CNPq/IBICT-UFRJ/ECO).**

**Historiador, Ms e doutorando em Ciência (Desenvolvimento Agrícola) pelo CPDA/UFRRJ.**

---

---